

A burguesia comercial portuguesa e o ensino de Economia Política: o exemplo da escola do Porto (1837-1838)

1. A necessidade da divulgação e do estudo da Economia Política faz-se sentir em Portugal logo nos começos do século XIX, ainda sob o Antigo Regime. Conhecemos, pelo menos, duas sugestões concretas para se ministrarem na Universidade de Coimbra conhecimentos da nova ciência: as de J. J. Rodrigues de Brito, em 1803, e de Acúrsio das Neves, em 1820. Nenhuma das propostas teve sequência.

É com o advento do liberalismo político que se multiplicam e oficializam os projectos de introdução do ensino da Economia e são naturalmente os liberais quem se bate pela sua consecução. De 1820 a 1834, as tentativas de difusão da disciplina, encetadas e acarinhadas nos períodos de supremacia burguesa, alternam com o desinteresse e a recusa patentes nos momentos de triunfo conservador: temos notícia de propostas apresentadas em 1821 — o deputado João Rodrigues de Brito propugna nas Cortes a criação da cadeira de Economia Política em Lisboa, Coimbra e Porto; e em 1827 e 1828, o Parlamento chega a elaborar duas leis que estabeleceriam o seu ensino na Universidade e nos cursos de Comércio do Porto e da capital. Qualquer destes projectos foi travado pela reacção política subsequente — de tal modo que só após a vitória final da revolução, em 1834, se pôde pensar em novos termos a inclusão da Economia no quadro da reforma geral da instrução pública. Haveriam ainda de decorrer dois anos para que as várias iniciativas (e logo em 1835 Ferreira Borges alertava o Governo e Rodrigo da Fonseca ensaiava uma primeira reestruturação, falhada) fossem finalmente traduzidas na criação da cadeira na Universidade de Coimbra ¹.

* Liceu D. Pedro V, Lisboa.

O autor regista e agradece a colaboração, no fornecimento e tratamento dos dados e na discussão das hipóteses aqui avançadas, de Maria Ioannis Benis, que razões de ordem pessoal impediram de participar na redacção e na apresentação deste artigo.

¹ Este assunto será desenvolvido noutro trabalho, a realizar de colaboração com Maria Ioannis Benis, sobre os primórdios do ensino da economia política em Portugal.

2. Nesta dinâmica de avanço e refluxo se foi forjando uma corrente de opinião favorável ao aparecimento de uma aula de Economia. Por dois modos principais: de um lado, os teóricos liberais vão procurando mostrar as excelências da ciência; do outro, os meios de massificação ideológica *em formação* — a imprensa, a edição — tentam alargar o interesse por ela a camadas mais vastas de cidadãos. Vejamos brevemente as características típicas dessas duas empresas.

Desde Silva Lisboa e Rodrigues de Brito era ponto assente a imprescindibilidade da Economia Política ao bom governo do reino: os novos doutrinadores limitam-se a aprofundar essa ligação umbilical. Demonstra-se que a disciplina em questão é a base da «riqueza e civilização, e assim da prosperidade social»²; que, como instrumento civilizacional, se articula e mesmo funde com as normas gerais de conduta — a economia e a moral «não são, em seu princípio, senão uma e a mesma ciência»³; e que, deste modo, ela é um precioso guia para toda a nossa vida — política e social, mas também familiar e privada⁴.

Tal posição central implicava logicamente a tarefa de *popularizar a ciência*, para que o seu ensino, tido como canal privilegiado de veiculação cultural e ideológica por representantes da burguesia oitocentista, pudesse ser sentido pelos cidadãos como coisa sua e, portanto, frutificasse. Ora o alargamento das camadas sensíveis a este projecto pode ser testado através do rastreio daquilo que, na imprensa e na edição, com ele se relaciona. Porque — embora quer uma quer outra sejam ainda, na altura, instrumentos de difusão incipientes e de eficácia limitada aos alfabetizados e seus círculos de ouvintes — tenhamos em conta que é esta franja da população que é preciso consciencializar: a popularização de que atrás se fala tem apenas por objectivo a classe média — e os liberais consideravam, na sua lógica, que só a esta interessava conhecer os meios de governar.

Procurámos, assim, obter uma amostra das marcas de presença da temática ligada ao saber económico, a partir do levantamento, tão sistemático quanto possível, dos jornais do Porto, entre 1820 e 1837, ou seja, desde a primeira vitória liberal ao início, na cidade, da Escola de Economia Política. Os resultados conseguidos dizem da dificuldade em ultrapassar as fórmulas e os chavões ideológicos, repetidas vezes usados a propósito de tudo, para discutir, em novas bases, os problemas económicos do País — daí decorrendo o pouco impacto provocado, a um nível minimamente profundo, pelos projectos parlamentares de criação da cadeira de Economia. Quer dizer: à superfície são evidentes os reflexos da utilização da ciência; mas eles correspondem mais à aceitação mecânica de *slogans*

² José Ferreira Borges, *Instituições de Economia Política*, Lisboa, 1834, § 16.

³ Id. *ibid.*, § 34.

⁴ Intervenção do deputado Derramado na sessão de 16 de Março de 1827 da Câmara dos Deputados.

do que propriamente à assunção do valor e da eficácia da doutrina.

De 1820 a 1836, nenhum editorial apela directamente ao seu ensino público; contam-se pelos dedos os artigos de opinião que debatem problemas teóricos da economia — as mais das vezes, a presença deles é refractada pelo interesse imediato e particular imperante nos dois grandes debates que agitam a imprensa e a opinião do Norte entre 20 e 38: a questão da Companhia Geral dos Vinhos do Alto Douro, vivíssima em 1821 e 1822, mas perdurando com força por todo o restante período; e a luta entre o protecçionismo e o comércio *livre*, na época setembrista. Afora estes e certas polémicas de ocasião — sobre, por exemplo, a importação de géneros de primeira necessidade —, os textos que evocam a economia focam objectos muito mais simples: desde a poupança (o *Correio do Porto* publica em 1821⁵ uma carta paradigmática intitulada «Economia» e assinada pel'«O Economista», onde se propõe, para uma maior *economia*, a supressão dos toldos na procissão do Corpo de Cristo); desde a poupança até aos mapas de exportação e navegação e aos anúncios comerciais. Aliás, o jornal patrocinado pela Associação dos Comerciantes portuenses é um mero noticiador e não expressa qualquer tipo de opinião. Na generalidade, a problemática económica não é aflorada autonomamente, mas surge a propósito de questões políticas de governo ou de regime (este último caso documentável em dois artigos da *Crónica Constitucional* propagandeando a doutrina económica dos liberais e condenando a gestão miguelista), ou, as mais das vezes, reduz-se à informação de utilidade prática, dirigida, sobretudo, ao negociante.

Homologamente, nas edições anunciadas na imprensa do Porto, a questão dos vinhos do Alto Douro e os ensinamentos técnicos predominam largamente sobre as obras teóricas, dentro, aliás, de uma relativa pobreza editorial. Na vintena de livros reportando-se a problemas económicos, que os jornais publicitam, entre 1820 e 1834, os que têm por objecto a Companhia Geral dos Vinhos andam à roda de 40 % do total⁶.

E, se inquirirmos, enfim, da frequência das ofertas de professores particulares nos mesmos quinze anos, deparar-se-não-ão apenas três mestres de técnicas comerciais e um colégio que ministra «preparatórios para uso mercantil»⁷.

Ora estas duas dinâmicas divergentes — de um lado, a proclamação da Economia como ciência e arte mestras da governação, repetidamente manifesta nos órgãos legislativos do País, e, do outro, a dificuldade em fazer assumir essa tese pelo conjunto da *classe média* — forçam-nos a aventar uma primeira

⁵ N.º 115, de 15 de Maio de 1821.

⁶ Dados recolhidos do trabalho inédito *Contributos para o Estudo do Ambiente Cultural do Porto no Período de 1820 a 1834* (depositado na Faculdade de Letras do Porto e no Centro de Estudos Humanísticos). Aos seus autores, Alberto Oliveira, Eugénia Fernandes e Fernanda Ribeiro, agradecemos as facilidades de consulta concedidas.

⁷ *Ibid.*

hipótese. Existe, no que ao impulsionamento do ensino económico respeita, um pólo, uma *vanguarda*, politicamente liberal e socialmente burguesa, detentora, a partir de 1834, do poder de Estado, que catalisa a difusão dos princípios gerais e os vai tentar enquadrar no sistema de educação pública. Essa *élite* actua, sobretudo, a partir de Lisboa, mas, como adiante veremos, em perfeita consonância com forças dominantes também no Porto.

Fora, porém, dos dois centros comerciais e das suas esferas dirigentes, a cobertura social a essa acção é praticamente nula: e ao ritmo imprimido por legisladores e doutrinários não parece corresponder uma efectiva adesão maciça da classe média aos estudos teóricos sobre a riqueza.

Para verificar esta hipótese, que a simples resenha esboçada nos obriga já a formular, servimo-nos e servir-nos-emos, como exemplo concreto, do caso nortenho. Antes de nos chegarmos mais a ele, contudo, teremos de recordar como foi organizado, após a revolução de Setembro, o ensino da Economia — para que compreendamos como, de que forma, contra que resistência, conseguem os dirigentes liberais pôr em prática o seu velho projecto.

3. A reestruturação global da instrução superior, concretizada nos anos de 1836 e 1837, veio finalmente realizar, em grande parte, as sucessivas propostas, ao integrar a cadeira em diversos *curricula*. Contrariando declaradas relutâncias do respectivo corpo docente, a Economia Política passou a ser estudada na recém-criada Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra⁸. E, com a fundação da Escola Politécnica, em Janeiro de 1837, entrou nos planos de estudos de Lisboa — embora aí a disciplina só começasse a funcionar a partir de 1840.

Nos estabelecimentos do Porto foi maior a dificuldade em penetrar. A Academia Real de Marinha e Comércio, criada em 1803 com o empenho de negociantes nortenhos e, sobretudo, da Companhia do Alto Douro, e transformada em 1837 em Politécnica, possuía um campo de acção imediatamente prático, mais avesso, portanto, à inclusão de disciplinas essencialmente teóricas. O curso da Academia destinava-se a formar técnicos e não se admitia como dado assente que para isso fosse imprescindível a nova formação científica: a uma consulta sobre a eventual criação da aula de Economia, na Academia, respondia a Junta da Companhia dos Vinhos que, se não se opunha, também não via nisso grande utilidade. Remetida a consulta à Junta do Comércio, em Janeiro de 1826, aí jazeu durante um ano, até que as tentativas parlamentares de criar o ensino da disciplina trouxeram à baila o parecer.

Claro que esta posição corresponde à natureza monopolista da Companhia e da fracção de comerciantes a ela ligada. Mas corresponde também ao sistema de formação dos negociantes, de carácter predominantemente prático, que perdurará por

muito mais tempo e que nos poderá explicar, como a seu tempo veremos, o ritmo irregular do desenvolvimento do ensino da Economia.

Na Academia procurava-se mais a aprendizagem de línguas estrangeiras ou de matemática do que propriamente conhecimentos de comércio ou agricultura. De 1803 a 1832, 2050 alunos cursaram Francês, 1017 Inglês e 1155 os diversos anos de Matemática, ao passo que apenas 284 se matricularam na cadeira de Comércio e 87 na de Agricultura. E em 1834-35, aquando da reabertura da escola, estas duas disciplinas nem sequer funcionaram⁹.

Assim, quando, em Janeiro de 1837, a escola do Porto se transforma, também ela, em Politécnica, a Economia Política continua a estar ausente do plano de estudos e a cadeira que mais se lhe aproxima, a de Comércio, interessa apenas, no ano lectivo inicial, a cinco alunos¹⁰.

Três anos depois da vitória burguesa eram, pois, diminutos os avanços no ensino da Economia: a cadeira começava a funcionar na Universidade de Coimbra, mas como componente isolada de um curso jurídico; pertencia ao *curriculum* da Escola Politécnica, mas só haveria de ter professor em 1840; e não era objecto de estudo oficial no Porto.

4. É perante este quadro geral que, em 1837, as associações de comerciantes recém-criadas vão actuar. São elas quem vai tomar nas suas mãos a tarefa de organizar o ensino autónomo da Economia Política. É a nova forma de encarar a utilidade desta é, no plano do apetrechamento cultural e ideológico, homóloga do novo momento de consciência classista e de organização que, no plano social, representam.

Já em 1821, a comissão constituída no seio das Cortes para análise dos problemas e necessidades do comércio nortenho considerava como «raiz de todos os outros males» a ausência de uma *representação* própria dos negociantes¹¹. Contudo, só a vitória definitiva do liberalismo veio permitir condições suficientes para a criação de um primeiro órgão de classe: da Junta, congregação de fins eminentemente práticos, como transacções e publicitação de informações, sairia, sob o impulso directo de Ferreira Borges, a Associação Comercial do Porto, constituída em Dezembro de 1834 e legalizada no mês seguinte. Em 1834 havia também sido fundada, em Lisboa, a Associação Mercantil.

O processo de constituição de qualquer das organizações é revelador da sua natureza de classe. São produtos directos do triunfo da revolução liberal, novos espaços, portanto, de afir-

⁹ Dados publicados por Agostinho Albano da Silveira Pinto, em comunicado apenso ao *Periódico dos Pobres no Porto*, n.º de 19 de Agosto de 1836.

¹⁰ Dados publicados no *Anuário da Academia Politécnica do Porto* referente ao ano lectivo de 1879-80 (Porto, 1880).

¹¹ Citado em *Associação Comercial do Porto. Resumo Histórico da Sua Actividade*, coordenação de Carlos Bastos, Porto, 1942, p. 11.

mação do poder burguês. No caso do Porto, que mais nos interessa, a fundação da Associação reúne, num mesmo caminho, a acção estatal (da Suprema Magistratura do Comércio, entretanto criada) e a iniciativa dos grandes negociantes. Por fim, a Associação atrai, desde logo, a massa dos burgueses operando a partir da cidade, nacionais e estrangeiros — o relatório de 1837 indica já 248 sócios; postula, como objectivo central, a organização de todo o «corpo do comércio» num único centro, «que concilie e promova os seus interesses particulares»¹²; e, dirigida por representantes directos da alta burguesia, ou por letrados a seu serviço, intervém, de imediato e com eficácia, na vida da urbe e do País.

Em menos de dois meses de actividade, a Associação ocupa lugar de destaque na imprensa, que transcreve os seus ofícios e representações, bem como extractos das actas de assembleias gerais; e provoca comentários deste tipo: «[...] promete ao comércio desta segunda capital do Reino um melhoramento de prosperidade que o tornará cada vez mais proveitoso às províncias do Norte, dependentes deste Porto para as suas exportações, especialmente no seu ramo principal dos Vinhos para embarque»¹³; «[...] as associações tais como a Comercial e a Médico-Literária são na verdade a escola dos oradores, e onde se formarão os génios que no seio da representação nacional podem ainda um dia ser a glória da Pátria.»¹⁴

Ou seja: depressa se compreende a dupla função do órgão de classe: promover e coordenar a actividade económica predominante e intervir assiduamente na legislação económica do País; formar teórica e politicamente os burgueses. Logo nos primeiros anos de existência, e para cumprir o primeiro objectivo, vai ele fundar uma companhia de seguros, patrocinar o aparecimento de um jornal de informação comercial e, através das representações, influir decisivamente na feitura e aprovação de leis e na protecção dos interesses dos negociantes nortenhos; para cumprir o segundo, institui, em 1837, a Aula de Economia Política.

5. O relatório da direcção de 1837 refere-se à fundação da Escola nestes termos:

Continuando a Associação inabalável em seus princípios, desejosa sobremaneira de promover qualquer empresa de que resulte benefício ao País, a mesa da direcção empreendeu o estabelecimento de um curso de Economia Política, persuadida da utilidade que do estudo desta ciência nos pode vir. E, na verdade, o estudo da ciência da riqueza, convindo a todas as nações em geral, convém essencialmente àquelas onde uma representação nacional discute e faz as leis, e não

¹² Artigo 1.º do cap. II do Regimento.

¹³ *Diário do Porto* de 27 de Janeiro de 1835. (Ortografia actualizada, tal como sucede nas transcrições que se seguem.)

¹⁴ Artigo de A. A. (Agostinho Albano, provavelmente) no *Repositório Literário*... de 1 de Fevereiro de 1835.

pode portanto ser indiferente ao nosso país, aonde uma desgraçada experiência de muitos tempos nos deve ter convencido da necessidade deste estudo. Se esta escola não tende exclusivamente a tratar de objectos comerciais, todavia estes objectos têm a mais íntima conexão com a ciência, e é da execução de suas doutrinas que aqueles podem receber o maior incremento possível. É bem preciso, senhores, que a Nação saiba avaliar as leis, que saiba coordenar suas ideias e que tenha aonde escolher seus representantes¹⁵.

Estão aqui bem explícitas as razões da instituição da Aula, na óptica dos promotores. Ela seria componente importante de um duplo processo de afirmação de classe, que passava pelo desenvolvimento do comércio e pelo aumento da força política dos comerciantes. Ora o que de novo há, nesta dinâmica, são, de um lado, a compreensão da tese formulada desde 1820 pelos parlamentares liberais, mas, agora, uma primeira vez assumida pelas corporações burguesas: o fomento económico implica um apetrechamento técnico que inclui, forçosamente, conhecimentos de Economia Política — tanto mais que a ciência é tomada, como já vimos, por verdadeira e concretíssima arte de produzir prosperidade; e, do outro lado, o princípio de que é à massa burguesa que se devem ir buscar os governantes da Nação. Mais: ligando constantemente a «ciência da riqueza» ao sistema político representativo — pois, se aquela possuía uma utilidade prática importantíssima, qual fosse a de regular toda a vida económica, os responsáveis pelas leis por bíblia a deviam tomar —, a burguesia comercial pretende provar que só ela tem a força e o direito de exercer o poder: produtora da riqueza e senhora da sua arte, devem sair do seu seio os legisladores e os executores de leis que hão-de regular e incentivar a produção nacional.

Esta afirmação tão vincada não é exclusiva dos negociantes do Porto: pela mesma época, a Associação Mercantil de Lisboa organiza um curso análogo, dirigido por Oliveira Marreca, que irá durar um ano (até 1838). Mas, para o caso nortenho, possuímos elementos suficientes para ver em que medida a fundação da escola é tida como um investimento precioso pela burguesia comercial.

Sabemos, assim, que a proposta parte de dois dirigentes da Associação, em Janeiro e Fevereiro de 1836, e é retomada, um ano depois, numa indicação de Isidoro Guedes, que teve seguimento concreto. Consultado, Ferreira Borges exprime o seu apoio em termos de considerar a projectada instituição como «segura origem da prosperidade da [...] Pátria».

Acorda-se, então, em promover a Aula por dois anos, nas instalações da corporação, e abre-se uma subscrição para angariar os fundos necessários. A adesão é maciça: 80 cidadãos comprometem-se a concorrer para suportar as despesas. E, em 30 de Maio, a Escola é inaugurada com todo o aparato, na sala

¹⁵ Relatório de 1837, p. 6.

de audiências do Tribunal do Comércio, cedida para o efeito pelo seu presidente, com convites endereçados às autoridades civis e militares da cidade ¹⁶.

A quem se destina o curso? Patrocinado pela Associação, ele é dirigido, primacialmente, aos comerciantes: seguindo a opinião de Ferreira Borges, que sustentava serem os filhos destes «alunos natos» ¹⁷, o regulamento proposto postulava vários graus de candidatos à admissão: 1.º, os sócios; 2.º, os subscritores; 3.º, os filhos dos subscritores que fossem associados, maiores de 16 anos; e 4.º, outros quaisquer interessados, também de idade superior a 16 anos e sabendo francês ou inglês. Nos três primeiros casos, a aceitação seria automática; os demais estavam sujeitos ao deferimento da direcção e ao pagamento de uma matrícula.

Há, pois, logo de entrada, uma preocupação fundamental; a de privilegiar, em absoluto, os burgueses no acesso à *sua* escola, de modo a garantir a esta suficientes base e carácter social para a tornar útil. No mesmo sentido — de que o curso, não sendo embora oficial, tem de ser rendável —, o Regulamento propõe iniciativas que permitam avaliar os conhecimentos dos alunos e criar-lhes mecanismos de recompensa.

Assim, se o professor estava naturalmente impedido de «perguntar lição», estimulavam-se, todavia, os alunos a «falar sobre as matérias», em sessão mensal extraordinária; e, para que a Escola se revelasse de algum modo proveitosa, eram instituídos títulos de presença, passados pela direcção a todos os frequentadores regulares, títulos de *accessit* aos que concluíssem com êxito — e eram propostos prémios a atribuir por concurso público aos melhores. Neles residia — acreditava-se — a verdadeira atracção da Escola — a prova (dissertação escrita, lida, depois, oralmente) seria rodeada de «todo o aparato» e os prémios, entregues pelo presidente da Associação, plenos de simbologia:

Haverão 3 prémios. Um dos prémios será uma medalha de prata pendente de uma fita azul tendo dum lado a seguinte inscrição: «A Ass.^{ão} Com.^{al} do Porto ao Mérito —

¹⁶ Cfr. com os seguintes manuscritos do arquivo da Associação Comercial do Porto: indicação de José Isidoro Guedes de 3 de Janeiro de 1837; parecer favorável da comissão encarregada de analisar a indicação, de 15 de Abril de 1837; lista dos subscritores da Escola, de 20 de Abril de 1837; carta de José Ferreira Borges, em resposta à consulta da Associação, de 22 de Abril de 1837; orçamento provisório da Escola, de 20 de Maio de 1837; carta de Joaquim José Alves de Faria, presidente do Tribunal do Comércio do Porto, cedendo a sala das audiências para a abertura da Escola, de 24 de Maio de 1837; carta de Manuel Pereira Guimarães, lembrando que se convidassem algumas autoridades militares para a inauguração, de 27 de Maio de 1837; carta de Agostinho Teles de Figueiredo, escusando-se a estar presente, de 28 de Maio de 1837; carta do conde de Terena, governador civil do Porto, agradecendo o convite e alegando motivos de saúde para não assistir à inauguração, de 29 de Maio de 1837; carta de José Ferreira Borges, felicitando a Associação pela abertura da Aula, de 3 de Junho de 1837.

¹⁷ Carta de José Ferreira Borges, de 22 de Abril de 1837.

ano...», do outro lado o guerreiro simbólico do Porto, tendo na mão esquerda a cornucópia, símbolo das riquezas, e em roda: «Escola de Economia Política.» Os outros dois prémios serão uma obra de Economia Política a cada um, e a todos o competente diploma assinado pela Direcção da Associação Com.^{al} ¹⁸.

Vê-se por aqui como o que movia a Associação nortenha, como a sua congénere lisboeta, não era apenas satisfazer um interesse meramente intelectual ou garantir, por outro lado, um puro apetrechamento técnico: era também, e sobretudo, a vontade de assegurar uma formação teórica e ideológica que catalisasse uma maior afirmação política, de classe. Por isso mesmo, na frequência do curso se haveriam de respeitar normas que ordenassem convenientemente os candidatos e as actividades lectivas e motivassem os alunos. O Regulamento pretende, pois, criar uma escola autenticamente burguesa: na frequência, claro, mas também na rendabilidade.

Critério homólogo se segue na escolha do professor: procura-se pessoa competente e de confiança — e dos nomes que Ferreira Borges propõe opta-se por Agostinho Albano da Silveira Pinto. Quem era ele?

Informações bibliográficas ¹⁹ e hemerográficas permitem traçar-lhe uma biografia praticamente exaustiva. Médico e professor de ofício, liberal *moderado* na posição política, sofreu as vicissitudes do processo revolucionário. Homem de 35 anos na primeira vitória, vintista, doutor em Filosofia e bacharel em Medicina por Coimbra, vêmo-lo, em 1821, presidente da comissão de reforma e melhoramento das cadeias da comarca do Porto, em 1822, candidato a deputado, não eleito, e, após a Vilafrancada, repreendido pelo Governo conservador. Director, em 1826, da Real Escola Cirúrgica e médico da Real Câmara, em 1827, foi perseguido pelo miguelismo e demitido de professor de Agricultura da Academia de Marinha e Comércio do Porto — onde já leccionara também Francês, Inglês e Filosofia —, partilhando assim a sorte do lente de Comércio, Francisco Joaquim Maia, o mesmo que havia proposto nas últimas Cortes a criação da cadeira de Economia Política e que viria a ser fundador e primeiro vice-presidente da Associação Comercial do Porto.

Com o triunfo liberal, volta Silveira Pinto ao primeiro plano: nomeado, em 1834, director interino da Academia e confirmado como definitivo dois anos depois, vê aprovado, em 1835, pelas Cortes, o seu *Código Farmacêutico Lusitano*; ao mesmo tempo colabora com Herculano nos trabalhos da Sociedade das Ciências Médicas e da Literatura do Porto, cuja presidência assume.

¹⁸ Regulamento da Escola, de 17 de Maio de 1837. Manuscrito do arquivo da Associação Comercial do Porto.

¹⁹ Ver principalmente Moses Bensabat Amzalak, *Do Estudo e da Evolução das Doutrinas Económicas em Portugal*, Lisboa, 1928, pp. 198-202.

Da sua ligação à Associação Comercial são exemplos o artigo encomiástico que lhe dedica em 1835 e, a um nível mais comezinho, a participação, como accionista, na Companhia de Seguros Confiança, lançada entretanto por aquela.

Activo nas lides políticas, concorre, como cartista, e é eleito deputado por Braga às Cortes, que a revolução de Setembro impediu de reunir. Foi, de seguida, exonerado, pelo setembrismo, de professor da Academia, novamente de par com Francisco Joaquim Maia, regressando à medicina. É nessa situação que o vai encontrar o convite para dirigir o curso de Economia Política.

Os filhos dos negociantes teriam, assim, como mestre um erudito em assuntos económicos — mas também, e sobretudo, um homem da confiança política de Ferreira Borges e da Associação Comercial.

6. Uma Escola que durou sensivelmente um ano, de 30 de Maio de 1837 a 4 de Outubro de 1838 segundo os actos oficiais, que valor, que eficácia teve? — eis a questão que nos deve ocupar agora.

Em primeiro lugar cumpre salientar, de imediato, o papel catalisador do curso no debate sobre a difusão da Economia Política. A iniciativa da Associação sacode de pronto a estagnação e a pequenez de amplitude das opiniões sobre o assunto e obriga a imprensa a prestar-lhe uma maior atenção. Em três periódicos portuenses encontramos, para 1837 e 1838, editoriais e outros textos de abordagem de problemas económicos em geral, ou especificamente centrados sobre o ensino da disciplina, que relevam, de um modo ou de outro, da reacção à fundação da Aula; e, em 1838, a *Revista Literária* abre uma secção de economia política, onde insere regularmente artigos de divulgação. Ora o próprio teor das várias opiniões bebe directamente da concepção perfilhada pelo órgão dos comerciantes acerca das virtudes e da utilidade prática dessa nova arte. Logo em Junho de 1837, um editorial de *A Vedeta da Liberdade* reconstituía o comum silogismo de que, sendo a riqueza a base da civilização e a economia o motor da riqueza, a economia é o suporte da civilização²⁰. E, uma semana depois da inauguração da Escola, o *Liberal Portuense* saudava-a desta entusiástica maneira:

Mil graças sejam dadas aos negociantes do Porto pelo assinalado testemunho do civismo que acabam de dar à Nação, criando no seu seio uma cadeira de Economia Política. Esperamos que brevemente sairão desta Escola alunos suficientemente instruídos, os quais, representando de contínuo às Cortes e aos Governos os erros e as faltas que estes e aquelas cometerem sobre os importantes objectos da Fazenda, incitem os ministros e os deputados ao estudo de

uma ciência que tem as mais estreitas relações com a prosperidade pública ²¹.

Contudo, à indubitável repercussão da iniciativa da Associação Comercial no meio social e político português terá correspondido uma eficácia propriamente pedagógica? Ou seja: terá o curso, enquanto tal, enquanto *ensino*, resultado?

Largamente propagandeado na imprensa, que anuncia, a partir da quarta, as datas das prelecções, e com a matrícula aberta à generalidade dos interessados, o curso começou por ter, nas oito lições preliminares, de Junho a Outubro, grande concorrência, «assim mesmo menos do que aquela que era natural esperar» ²². As prelecções foram impressas e distribuídas gratuitamente pela Associação.

O curso regular, começado em Novembro — e para o qual foram abertas inscrições por avisos na imprensa —, interessou, contudo, apenas a quatro alunos; e, a partir de Maio de 1838, tão-somente dois o frequentaram, sendo um filho do vice-presidente da Associação. Ainda estes, porém, tiveram de abandonar as aulas em Julho, a seis lições do fim — e a Escola de Economia Política acabou por ficar sem estudantes. Ao relatório informativo do professor segue-se em Setembro o parecer da comissão administrativa e, simultaneamente, a eleição de Agostinho Albano como deputado. Perante isto, sem mestre e sem discípulos, o curso é oficialmente suspenso em Outubro.

Qualquer dos textos então escritos ilustra bem a desilusão e o descontentamento dos promotores perante o fracasso da iniciativa tão apregoada, da Aula que iria ser *segura origem de prosperidade*. Silveira Pinto queixava-se de que «em Portugal pouca gente aprende por mero desejo de instruir-se, e entende a maior parte que é possível ser sábio sem estudar, de modo que (com poucas excepções) aquele que se aplica a algum ramo científico é só para obter um título que lhe sirva de documento para pretensão de emprego público, ou privado de administração de dependência do Governo» — e, por isso, a Escola, que não habilitava profissionalmente mas sim *teórica e politicamente*, não poderia frutificar.

A sua comissão administrativa lamenta o «pouco ou nenhum apreço que entre nós se dá à ciência da riqueza e prosperidade das nações.

A Associação, contudo, não desconheceu a sua importância e criou uma cadeira desta ciência, e o seu exemplo foi imitado na capital» ²³.

Enfim, o relatório de 1838 tenta reivindicar ainda uma certa glória por «este grande serviço que a Associação fez à

²¹ Número de 7 de Junho de 1837.

²² Relatório de Agostinho Albano da Silveira Pinto, de 16 de Agosto de 1838. Manuscrito do arquivo da Associação Comercial do Porto.

²³ Parecer de 26 de Setembro de 1838. Manuscrito do arquivo da Associação Comercial do Porto.

Pátria. Se a Nação tem hoje um tratado elementar de E. P. [Economia Política] deve-o a esta Associação»²⁴.

O objectivo da corporação comercial nortenha havia falhado: não em termos de impacte no seio da *élite* política, da camada dirigente portuguesa, ligada ao poder e ao aparelho de Estado — mas, outrossim, no que respeitava à tentativa de incutir essa formação consciencializadora que caberia à Economia Política em franjas mais largas, no corpo inteiro da burguesia comercial. Comprovamos, de novo, a hipótese aventada no início: no que à difusão e ao ensino da «ciência da riqueza» interessa — e eles não são mais, aqui, do que componentes e, por isso, exemplos do conjunto do *apetrechamento ideológico* burguês —, a existência de um núcleo que funciona como agitador e propagandista das novas correntes é coisa bem diversa da assunção, pela classe de que aquele é a *vanguarda* dirigente, dos valores e das atitudes tipicamente — inovadoramente — liberais.

Da Escola do Porto ficou, pois, um fracasso — e também um livro. Neste, de que se falava?

7. A empresa de Agostinho Albano — edição de um manual sinóptico dos «patriarcas da ciência»²⁵, para divulgação — tinha já antecedentes. Manuel de Almeida havia publicado, em 1822, um *Compêndio de Economia Política* e no mesmo ano saía, pela Imprensa da Universidade, o *A. B. C. e Compêndio*, de José Pereira Boamorte. No seguinte, era a vez de Lineu Jordão (*Elementos da Riqueza Pública*, com 2.^a ed. em 1833); e, após a vitória liberal, Ferreira Borges (*Instituições de Economia Política*, Lisboa, 1834) lança um sólido manual.

É a este que se prende directamente o ensaio de Silveira Pinto. Borges havia postulado como objectivo oferecer «a um tempo um *compêndio* para as escolas, sobre o qual os mestres da ciência poderão desenvolver as suas ideias — e o *resumo dum tratado* para os já adiantados nela. Quisemos assim escrever para *todos* e familiarizar destarte uma ciência que influi e reflecte sobre o bem-ser de cada um, ensinando o modo de alcançar a prosperidade geral da Nação»²⁶. É por senda semelhante que Pinto pretende chegar àquilo que considera a «primeira produção clássica no género»²⁷ em Portugal.

É também Ferreira Borges quem divulga o livro de Storch, de que se servem abundantemente ele e os demais autores portugueses. As *Prelecções* indicam taxativamente, como fontes, Smith, Say e Storch, funcionando os dois últimos como siste-

²⁴ Relatório da direcção de 1838, p. 7.

²⁵ Relatório de Silveira Pinto, de 16 de Agosto de 1838.

²⁶ José Ferreira Borges, *Instituições de Economia Política*, Lisboa, 1834, p. XXIV.

²⁷ Relatório de 16 de Agosto de 1838.

matizadores e difusores do pensamento do primeiro: e a comum interpretação de que todo o «sistema social»²⁸ era objecto da Economia explica a importância dada a Say e Storch, introdutores da noção de bens imateriais.

A integração do manual da Escola da Associação Comercial na sucessão dos compêndios publicados no nosso país e nas várias linhas de desenvolvimento conceptual da Economia Política exige, todavia, outro estudo, qualitativamente diverso deste. Por ora interessa-nos registar, no livro, as marcas da defesa ideológica dos interesses dos comerciantes, para que possamos avaliar em que medida poderiam servir à Associação Comercial do Porto as lições do curso que promovera, proferidas pelo erudito que escolhera.

Em duas ou três posições fundamentais, Agostinho Albano esboça uma justificação teórica da vontade de dominação assumida pelos burgueses, apresentando-a como rigorosa, porque baseada em infalíveis noções económicas.

Logo de início, o professor vinca bem a imprescindibilidade da disciplina e alarga a sua esfera de actuação a todo o governo social. Retoma, pois, uma ideia vulgarizada, mas hiperbolizando. Perdemos o nosso império colonial — porquê? «Que faltava então a Portugal? Valor? Não. Génio? Não. Virtudes? Também não [...]: faltava a ciência do governo, que é a Economia Política propriamente falando.»²⁹

Assim sendo, a fundação da Escola, para além de benemérito, é acto político: destina-se a preparar futuros governantes, destina-se a formar quadros capazes de dirigir em sistema representativo. A que classe social se pode ir buscá-los?

«A força temporal e espiritual da sociedade mudou inteiramente de mãos; aquela reside hoje no poder industrial e esta acha-se nas mãos dos sábios: só estas duas classes poderão exercer sobre a opinião e sobre o comportamento do povo uma influência real e permanente»³⁰. Ora, empresários e intelectuais pertencem, na óptica de Silveira Pinto, a uma só classe, a «classe industrial», à qual cabe planear e dirigir o processo económico, nos seus vários ramos, investindo os bens de capitalistas e proprietários e comandando os operários. Perante esta massa meramente executora e aquela fornecedora de capitais, a «classe industrial» é, pois, o eixo fulcral da sociedade³¹.

Está justificada a reivindicação de mais poder, formulada pela burguesia comercial. Não só do Porto, claro: em Lisboa, Marreca tentava mostrar como, organizando e planeando, investindo e correndo os maiores riscos, o empresário mereceria as maiores vantagens, devidas às suas faculdades de inteligência

²⁸ A. A. Silveira Pinto, *Prelecções Preliminares ao Curso de Economia Política da Escola da Associação Comercial do Porto Proferidas nos Meses de Junho e Julho pelo Professor da Mesma Escola*, Porto, 1837, p. 25.

²⁹ Id. *ibid.*, p. 20.

³⁰ Id., *ibid.*, p. 39.

³¹ Id. *ibid.*, pp. 144-145.

e exigidas até pela sua «categoria industrial», que o obrigava a viver «numa certa opulência»³².

Ora, como intervém um comerciante na produção? Directamente, argumenta Agostinho Albano. Desenvolvendo a noção corrente de indústria, como qualquer actividade económica, e servindo-se da tese atribuída a Say — de que os bens materiais também eram produtivos —, ele mostra como o comércio é criador de riqueza. Claro que, para isso, tem de utilizar o termo *produtivo* numa noção extremamente ampla — «o trabalho será produtivo quando em qualquer coisa imprime algum grau de utilidade, em consequência do qual adquire valor reconhecido pela troca com outra coisa que se deseja possuir; no caso contrário será improdutivo»³³; mas esta noção ainda vem colocar o comércio como nó fulcral do processo económico — já que é pela troca que as coisas, adquirindo utilidade, realizam valor.

Vê-se, pois, como Silveira Pinto encaminha as suas teses a um ponto comum: o sublinhado da preponderância da classe burguesa e da importância, adentro dela, da fracção comercial³⁴. Essa posição tem, em 1837, um sentido prático — serve a Associação na sua luta contra o setembrismo e o proteccionismo aduaneiro que este tentou impor.

Assim como o professor da sua Escola defende que, com o ensino efectivo da Economia, «muitos males se houveram evitado, [...] nem uma frenética legislação houvera mirrado a prosperidade nascente do nosso comércio e baralhado a ordem social», numa referência mais que evidente ao setembrismo, acusado de só saber da Economia Política o nome — assim, a direcção da Associação, para combater projectos governamentais, pode invocar a ciência que «hoje reprova o sistema protector» e conhece «que o comércio de importação é a fonte mais produtiva da riqueza pública»³⁵. Percebe-se a correspondência perfeita das duas posições — dos dois meios e momentos de resistência.

Claro que era teoricamente velha e correlativa da afirmação liberalista a ideia da liberdade total de comércio: Ferreira Borges a havia já defendido, e não nos admiraremos de ver Oliveira Marreca formular o dogma de que «quanto mais se avanteja o valor das importações de um país ao valor das suas exportações, tanto mais ganha o mesmo país»³⁶. O que interessa

³² António de Oliveira Marreca, *Noções Elementares de Economia Política*, Lisboa, 1838, p. 92.

³³ A. A. Silveira Pinto, *Prelecções...*, p. 122.

³⁴ A defesa dos interesses genéricos da classe burguesa, em Silveira Pinto, deve ser sempre entendida como primeiro momento da defesa específica das reivindicações dos negociantes, para que se compreenda, depois, como é que, quando o setembrismo agudiza os conflitos que opunham industriais, fabricantes e pequenos comerciantes, de um lado, e os grandes negociantes, do outro, Pinto tenta consolidar teoricamente os argumentos da Associação Comercial do Porto.

³⁵ Relatório de 1838, p. 6.

³⁶ A. Oliveira Marreca, *Noções Elementares...*, p. 78.

perceber é, outrossim, como as escolas fundadas e sustentadas pelas corporações comerciais do Porto e de Lisboa se situam também no seio da defesa declarada dos interesses destas, no período setembrista — e daí compreender como o projecto de criação dos cursos é mesmo um projecto social e político preciso, de afirmação de classe.

Por estes exemplos se vê como as *Prelecções* de Pinto o comprovam.

8. Embora produzindo um manual, embora servindo de lugar e instrumento à defesa ideológica dos interesses burgueses comerciais, a Escola de Economia Política da Associação Comercial do Porto fracassou: nem sequer chegou ao fim do seu programa. Porquê o fracasso?

Em primeiro lugar, é preciso atentar em que o fim da Aula nortenha é homólogo do do curso da Associação Mercantil: também em Lisboa Oliveira Marreca não pôde continuar as suas lições, perante a manifesta irregularidade de presença e interesse dos catorze alunos matriculados.

Depois, note-se que o que fracassa não é um mero curso da nova ciência — mas, outrossim, um espaço de formação teórica burguesa, assumido como tal por quem o financia e explicitamente associado a uma vontade de exercício do poder: «aprendamos E[conomia] P[olítica], mandemos ao Corpo Legislativo homens que tenham dela a precisa ideia», diz Silveira Pinto aos filhos dos negociantes seus alunos³⁷.

Isto é: as Escolas possuem uma utilidade precisa e que se requer seja imediata — apetrechar teoricamente quadros que saíssem de entre os comerciantes e tomassem a seu cargo a defesa dos interesses comuns à classe. Agostinho Albano explica-nos a razão dessa necessidade urgente.

Deu-se — diz ele — uma grande mudança na sociedade: a «força militar» — senhorial — cedeu o lugar à «força industrial», «pela natureza destinada a ser tudo». Já sabemos o que entender aqui por industrial — toda a actividade produtora de riqueza. Em termos nossos, poderíamos dizer que à nobreza se iria substituir a burguesia como classe dominante. Ora, continua Albano, foi impossível passar directamente do poder de uma ao poder da outra e tornou-se mister uma transição. Quem a assegurou? Os juristas, de um lado — na esfera política —, os metafísicos — na mental.

Eles aceleraram a desagregação da velha ordem «militar» e «teológica»: cumpriram, pois, a sua missão. Mas «seus trabalhos, cujo fim fora imaginar modificações nas forças anteriormente preponderantes, deveriam ter parado ali; o espírito público ainda não estava suficientemente ilustrado para bem reconhecer que as únicas forças que podem trazer a prosperidade aos povos são as forças do intellecto e da indústria; por efeito da sua influência, a ilustração popular parou na sua mar-

³⁷ A. A. Silveira Pinto, *Prelecções...*, p. 193.

cha, daqui resultou que os povos acostumados ou movidos por esta influência facilmente consentiram em que eles fossem de preferência chamados para a formação do sistema político».

Aos olhos do autor, Portugal é precisamente um caso típico do prolongamento da preponderância política dos «juristas», em detrimento dos «industriais» e dos «sábios» (e percebe-se porque, quer Pinto, quer Marreca, falam sempre em sábios). Essa permanência é já anacrónica e — mais do que isso — prejudicial aos interesses da Nação: porque, de um lado, a «prosperidade pública» é o resultado dos «interesses das diferentes classes industriais» e, por outro, essas classes ainda não estão suficientemente representadas nos órgãos de governo.

Entre nós, desde as primeiras Assembleias Constituintes, foram e ainda são os juristas e os metafísicos, ou doutrinários, aqueles que em maior número têm sido mandados [sic] pelos povos: assim, raros, e como perdidos lá se têm enxergado alguns Comerciantes e industriais; e por isso as questões metafísicas, as distinções e subtilidades jurídicas têm ocupado mais o tempo de nossas Assembleias deliberantes que os assuntos de mais transcendente utilidade ³⁸.

Para eliminar essa mediação inoportuna, pela qual o burguês ficava arredado do exercício directo do poder pela acção do seu, afinal, representante, é que seria necessário formar os quadros nascidos mesmo da classe, dotando os filhos dos burgueses de conhecimentos na arte de governar — na Economia Política. Tal era a ideia de Silveira Pinto; tal era, também, o sentido do projecto dos comerciantes do Porto e do lugar que nele ocupava a «ciência da riqueza».

Ora, atentando na composição social dos vários Parlamentos ³⁹, verificamos até que ponto o problema equacionado por Pinto é bem real. A mediação política existe — resta saber se ela própria não é intrínseca ao processo de *representação* política da burguesia, ou seja, se esses advogados e doutrinários não eram mesmo os quadros ao menos *possíveis* na conjuntura. Contudo, o fracasso dos cursos fundados pelas Associações do Porto e de Lisboa bem pode ser revelador de um desaire mais fundo — na tentativa de eliminar a mediação, de exceder *directamente* o poder. É, de certeza, uma hipótese a que convidam os documentos — cuja validade, embora, só pode ser testada numa análise mais ampla da afirmação burguesa em Portugal.

9. O fracasso das Escolas é significativo, também, das dificuldades da penetração e do ensino da Economia Política no

³⁸ A. A. Silveira Pinto, *Prelecções...*, pp. 39-40.

³⁹ Pitelra Santos, na sua *Geografia e Economia da Revolução de 1820* (Lisboa, 1962, pp. 95-96), sugere que a fraca representação de negociantes no Parlamento de 1821 (3 deputados em 100) tenha levado à criação, «embora por determinação das Cortes», das comissões de comércio, as quais estão, por sua vez, na raiz de «um movimento de comerciantes que irá frutificar na criação das *associações comerciais*».

nosso país. A partir de 1838 reduzem-se a dois os lugares de presença da disciplina no quadro da educação pública. E, se, em 1837 e 1838, a ciência fora o objecto central de um curso específico, onde permanece agora, fá-lo num papel secundário.

Ao nível curricular existe uma cadeira na Universidade de Coimbra — mas como um entre muitos componentes da Faculdade de Direito. Há uma outra na Escola Politécnica de Lisboa — mas como uma entre muitas disciplinas dos cursos geral, para oficiais do estado-maior e de engenharia civil e para engenheiros civis. A Economia funciona, pois, nos planos de estudos que a integram, como auxiliar de formações que a não tomam como fulcro.

Por outro lado, o ensino que mais tinha a ver com ela, porque analisava o comércio e para ele preparava técnicos, continuava a ignorá-la como cadeira autónoma. Só em 1852 se inclui a disciplina no ensino técnico, em Lisboa, e só em 1857 passa a Academia Politécnica do Porto a integrá-la no seu *curriculum* ⁴⁰.

O lugar apagado da Economia no conjunto da instrução pública portuguesa diz bem da força da resistência passiva à inovação tentada pelos liberais, mau grado estes a terem tomado como ciência-mestra: Passos Manuel chegara a decretar o ensino dos seus princípios básicos no grau secundário, mas a lei, diz-nos Rodrigues de Freitas, «não foi inteiramente cumprida» ⁴¹.

A fraca presença curricular não pode ainda ser dissociada do relativamente fraco desenvolvimento que lhe concedem os eruditos e, sobretudo, os universitários: de 1834 a 1850, apenas dois lentes de Coimbra, qualquer deles sem grande importância, escrevem trabalhos económicos.

Ora todos estes indicadores nos conduzem a uma só hipótese, explanável em duas afirmações: de um lado, a difusão e o ensino da Economia Política, tomados embora como ponto de honra e tarefa primacial pelos dirigentes liberais e assumidos pelas direcções associativas burguesas como componente fundamental do seu próprio processo de consciencialização classista, não acompanharam, na prática, o ritmo proposto por doutrinadores e animadores e não conseguiram uma expansão sequer suficiente à obtenção de resultados concretos de algum vulto. A Economia Política continua a interessar apenas a uma pequena franja de intelectuais e líderes políticos e sociais.

Do outro lado, o atraso da difusão desta ciência bem pode radicar no atraso mais geral do desenvolvimento do capitalismo

⁴⁰ No Porto havia um curso para agricultores e um outro para comerciantes. A cadeira básica do primeiro era a de Agricultura e Botânica, trienal, em que se ensinava Botânica e Veterinária, no 1.º ano; no 2.º, Agricultura Prática e Teórica e Botânica; e no 3.º, Botânica e Economia Rural Teórica e Prática. A cadeira de Comércio era também de três anos: o 1.º para Operações de Contabilidade e Escrituração; o 2.º para o Código Comercial e Câmbios; o 3.º para Geografia Comercial e Economia Industrial. Trata-se, portanto, de cadeiras predominantemente técnicas.

⁴¹ «Um economista português (António de Oliveira Marreca)», in *Revista de Portugal*, 1889, p. 359.

moderno no nosso país e da formação e afirmação, como classe politicamente dominante, da burguesia nele interessada. Aliás, o próprio facto de ser sistematicamente a fracção comercial a compreender a função primacial da Economia Política e a tentar tirar dela proventos práticos já explicará muitas das contradições e limites manifestos em todo o processo analisado. Onde e como estavam, então, os industriais?

Não há dúvida de que a difusão maciça, adentro da classe burguesa, do saber económico foi um ponto importante do *programa* liberal; de que a sua concretização foi por várias vezes ensaiada, através da legislação, e de que interessou as associações de classe dos comerciantes, de tal modo que elas consideraram tarefa sua promover e sustentar cursos particulares. Mas não nos ficou também qualquer dúvida sobre a diminuta dimensão dos grupos sociais que foram sensibilizados para a Economia Política; sobre a resistência com que esta deparou e o lugar secundário que acabou por ocupar nos *curricula* superiores e nos trabalhos dos universitários e eruditos portugueses; sobre o fracasso das escolas burguesas constituídas para o seu ensino.

Qual a raiz desta *inércia*? Pensamos que só encontraremos a resposta na análise global da sociedade portuguesa da primeira metade de Oitocentos — mas numa análise exaustiva das forças sociais, que permita, inclusivamente, a correcção de algumas fórmulas (burguesia, por exemplo) ainda aqui tão imprecisamente empregadas e que nos possa fazer perceber que dinâmica, que contradições animavam o Portugal de então. A Economia Política, afinal, serviu agora como um convite a essa tarefa.

Lisboa, Outubro de 1979

FONTES

I — Fontes manuscritas

Arquivo da Associação Comercial do Porto:

Indicação de José Isidoro Guedes propondo a criação de uma Escola de Economia Política, de 3 de Janeiro de 1837.

Parecer favorável à proposta, da comissão encarregada de analisar a indicação, de 15 de Abril de 1837.

Lista dos subscritores da Escola, de 20 de Abril de 1837.

Carta de José Ferreira Borges em resposta à consulta da Associação Comercial do Porto e favorável à criação da Escola, de 22 de Abril de 1837.

Regulamento provisório da Escola, apresentado por uma comissão, de 17 de Maio de 1837.

Orçamento provisório da Escola, de 20 de Maio de 1837.

Carta de José Joaquim Alves de Faria, presidente do Tribunal do Comércio do Porto, cedendo a sala das audiências para a abertura da Escola, de 24 de Maio de 1837.

Carta de Manuel Pereira Guimarães lembrando que se convidassem algumas autoridades militares para a inauguração, de 27 de Maio de 1837.

Carta de Agostinho Teles de Figueiredo escusando-se a estar presente na inauguração, de 28 de Maio de 1837.

- Carta do conde de Terena, governador civil do Porto, agradecendo o convite e alegando motivos de saúde para não assistir à abertura solene, de 29 de Maio de 1837.
- Carta de José Ferreira Borges felicitando a Associação pela abertura solene, de 3 de Junho de 1837.
- Relatório de Agostinho Albano da Silveira Pinto dando conta do andamento das actividades lectivas, de 16 de Agosto de 1838.
- Parecer da comissão administrativa da Escola favorável à sua suspensão, de 26 de Setembro de 1838.

II — Fontes impressas

A) IMPRENSA OFICIAL

- Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 1827-28.
- Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, 1821-22.
- Diário do Governo*, 1835-37.

B) IMPRENSA DO PORTO

- O Artilheiro*, 1836-37.
- O Atleta*, 1838.
- Correio do Porto*, 1820-34.
- Crónica Constitucional do Porto*, 1832-35.
- Diário do Porto*, 1835.
- Folha de Anúncios*, 1835.
- O Liberal Portuense*, 1837.
- O Museu Portuense*, 1838.
- Noticiador Comercial Portuense*, 1836-38.
- Periódico dos Pobres no Porto*, 1835.
- Repositório Literário da Sociedade das Ciências Médicas e da Literatura do Porto*, 1834-35.
- Revista Literária*, 1838.
- A Vedeta da Liberdade*, 1835-38.

C) TEXTOS SOBRE ECONOMIA POLÍTICA

- BORGES, José Ferreira, *Instituições de Economia Política*, Lisboa, 1834.
- BRITO, José Joaquim Rodrigues de, *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações, e Principalmente de Portugal, Oferecidas ao Sereníssimo Príncipe do Brasil Nosso Senhor*, Lisboa, 3 vols., 1803-5.
- ESTEVÃO, José, *Discursos Parlamentares*, Porto, ed. do centenário, 1909.
- MARRECA, António de Oliveira, «Importância da economia política», in *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, n.º 1, Lisboa, 1836.
- MARRECA, António de Oliveira, *Noções Elementares de Economia Política*, Lisboa, 1838.
- NEVES, José Acúrsio das, *Memória sobre os Meios de Melhorar a Indústria Portuguesa*, Lisboa, 1820 (reed., Lisboa, 1964).
- PINTO, Agostinho Albano da Silveira, *Prelecções Preliminares ao Curso de Economia Política da Escola da Associação Comercial do Porto Proferidas nos Meses de Junho e Julho pelo Professor da Mesma Escola*, Porto, 1837.

D) DOCUMENTOS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PORTO

- GUEDES, José Isidoro, *Relatório dos Trabalhos da Associação Comercial do Porto no Ano de 1837*, Porto, 1838.
- RIBEIRO, Domingos de Almeida, *Relatório dos Trabalhos da Associação Comercial do Porto no Decurso do Ano de 1838*, Porto, 1839.